

10 ABR 1990

Ricardo A. Setti *

Bolsadas, bofetões, xingamentos, empura-empura, vidros quebrados. Não faltou baixaria nos últimos dias no Congresso. Nacional durante a votação do pacote econômico do presidente Fernando Collor de Mello — e, desta vez, não se pode colocar a culpa em deputados e senadores, eternos bodes expiatórios das mazelas nacionais. Foi o público que andou-se comportando mal — um público orquestrado, especializado neste peculiaríssimo tipo de *lobby* que descobrimos no Brasil e que passou a atuar com crescente desenvoltura em Brasília desde o início das atividades da Constituinte, em 1987: o do constrangimento direto, inclusive físico, dos representantes do povo.

É o Brasil. Em nenhum parlamento do mundo, e provavelmente sequer em qualquer assembleia de estudantes em países desenvolvidos, se vê o tipo de bagunça promovido por boa parte dos manifestantes que se dirigem ao edifício do Congresso para defender seus interesses. Na semana passada, funcionários públicos ameaçados de ir para o olho da rua, ostentando no peito crachás das respecti-



vas repartições que estão na marca do pênalti, organizavam um corredor polonês aqui e outro ali para gritar insultos a deputados e a senadores nos corredores da Câmara dos Deputados. Militantes do MR-8, espécie de tropa de choque de um setor ideológico do PMDB, que exhibe tanto mais truculência quanto menos tem votos nas urnas, promoveram uma baderna que terminou até em portas de vidro espatifadas e em pessoas agredidas. Até mulheres vinculadas à Central Geral dos Trabalhadores protagonizaram ameaças e gritarias.

Muita gente, neste país, acha que isto é democracia. As restrições esboçadas pelos dirigentes da Câmara e do Senado para evitar este festival de desrespeito são apontadas como “autoritárias”. O argumento de que o Congresso é a casa do povo é usado por muitas pessoas e grupos como pretexto para a falta da mais elementar e mezinha educação na defesa de seus interesses. No entanto, se compararmos o que vem ocorrendo no Congresso com o panorama de países com tradição democrática, veremos que a distância que separa o Brasil do Primeiro Mundo é muito menor na economia do que na civilidade.

Na Grã-Bretanha, por exemplo, só quem fica à vontade na Câmara dos Comuns — onde, por sinal, a tradição manda que nem a própria rainha entre — são os deputados. O

plenário não poucas vezes esquece, embora raríssimas vezes a ironia deixe de prevalecer sobre a pancadaria, o máximo em matéria de confusão observado no dia-a-dia dos Comuns é a descontração do plenário. Ali, também por tradição, os deputados usufruem o direito de colocar os pés sobre o encosto da cadeira dos companheiros da frente. Nas galerias, porém, onde jamais se permite o ingresso de mais pessoas do que os lugares

“Em nenhum parlamento do mundo se vê a bagunça promovida pelos manifestantes que vão ao Congresso defender seus interesses”

existentes e a que os interessados chegam depois de passar por uma disciplinada fila sob o olhar atento de policiais — os *bobbies* —, o público assiste às sessões com silêncio e respeito absolutos. Pode-se ouvir o barulho de uma mosca voando.

Nos Estados Unidos não é diferente. No Senado, por exemplo, o acesso às galerias só é possível para quem tiver um cartão-senha assinado por um senador e fornecido por seu

gabinete. A primeira fileira das galerias só pode ser ocupada por ex-parlamentares ou convidados especiais. Mesmo que não haja um único deles presente, as poltronas não são liberadas para os demais visitantes. As pessoas assistem às sessões num silêncio e numa compunção semelhantes a quem está numa igreja.

Por tudo isto, devem ser louvadas, no nosso Congresso, as medidas que têm sido tomadas para coibir a badalheira durante a votação do pacote econômico. Está certo o senador Nelson Carneiro, presidente do Senado e, por consequente, do Congresso, em limitar o acesso às galerias. Se o público definitivamente não sabe se comportar, que pelo menos entre menos gente — é mais fácil de controlar. Faz bem, também, o deputado Paes de Andrade, presidente da Câmara — em cujo plenário ocorrem as sessões conjuntas do Congresso — ao cogitar de iniciativas restritivas, como o acesso dificultado ao Salão Verde, um grande espaço que funciona como vestibulo ao plenário e que muitas vezes é tomado de assalto por multidões hostis, tolhendo até o movimento dos deputados e dos senadores.

Não é possível votar nada com seriedade no clima de estádio de futebol em que muitas vezes certos manifestantes transformam o Congresso. É preciso que os grupos de pressão aprendam, nem que seja um tanto na marra, com medidas coercitivas como as em andamento no Legislativo, que

lobby não é isto. O *lobby* propriamente dito, atividade legítima e até regulamentada por lei em países adiantados, seria a forma mais adequada de pressão sobre o Congresso. Mesmo não sendo ainda assim, existem formas de *lobby* informal, com base na informação técnica, na demonstração documentada e na discussão franca dos pontos de vista de que várias entidades lançam mão, com êxito.

Basta ver o que aconteceu na Constituinte, em que galerias ululantes chegaram até a arremessar dinheiro ao plenário para acusar os parlamentares de corruptos, mas obteve mais êxito quem trabalhou de forma racional e organizada. Foram muito mais eficazes iniciativas como a do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que elaborou um livro, o *Quem foi quem na Constituinte*, atribuindo notas aos parlamentares conforme sua atuação no que os organizadores consideraram a defesa dos interesses dos trabalhadores. Goste-se ou não do Diap, ele trabalhou dentro das regras do jogo democrático.

Tentar amedrontar o Congresso, como querem muitos dos grupos de pressão que atuam em Brasília, não fica sendo bom nem legítimo só porque não são mais os militares os protagonistas.